17 TERRITORIALIZAR PARA COMPREENDER: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO VIVÊNCIAS E ESTÁGIOS NA REALIDADE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (VERSUS) EM RECIFE NA FORMAÇÃO PARA EQUIDADE E PRÁTICAS ANTIDISCRIMINATÓRIAS EM SAÚDE

Joanna Beatriz de Oliveira Silva[1]
Luciano da Silva Medeiros Junior[2]
Íris Fernandes da Cruz[1]

[1]Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, Pernambuco, Brasil
[2]Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Maceió, Alagoas, Brasil

DOI:10.37085/bookAS.15.chap17

RESUMO

A formação em saúde comprometida com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) demanda estratégias pedagógicas capazes de aproximar os sujeitos das realidades sociais e territoriais que atravessam os processos de saúde e adoecimento. Nesse contexto, o projeto Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde (VERSUS) constitui-se como importante dispositivo de formação crítica em saúde coletiva. O presente estudo objetiva refletir sobre a experiência de territorialização crítica realizada durante o VERSUS Recife, com foco nas discussões acerca da equidade e das práticas antidiscriminatórias em saúde. Trata-se de um relato de experiência, de caráter descritivo e reflexivo, construído a partir

das vivências desenvolvidas entre os dias 19 e 24 de abril de 2026, no município do Recife, Pernambuco. A atividade de territorialização ocorreu no dia 21 de abril, envolvendo deslocamentos por diferentes territórios da cidade e da região metropolitana, incluindo Monte Verde, Brasília Teimosa e Marco Zero, além da observação de distintos bairros ao longo do percurso. As discussões realizadas evidenciaram como desigualdades sociais, raciais, urbanas e territoriais influenciam o acesso à saúde e aos demais direitos sociais. A utilização de metodologias inspiradas na Educação Popular em Saúde favoreceu processos de escuta, diálogo e construção coletiva do conhecimento, fortalecendo reflexões críticas sobre território, equidade e cuidado em saúde. Conclui-se que experiências como o VERSUS potencializam processos formativos comprometidos com a defesa do SUS e com a construção de práticas em saúde orientadas pela equidade e pelo enfrentamento das discriminações estruturais.

Palavras-chave: Educação em saúde, Equidade, Território, Sistema Único de Saúde

INTRODUÇÃO

A formação em saúde comprometida com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) exige a construção de práticas pedagógicas capazes de ultrapassar os limites do ensino tradicional e aproximar estudantes, trabalhadores e usuários das múltiplas realidades que constituem os territórios[1]. Nesse contexto, experiências formativas fundamentadas na problematização do cotidiano e na imersão nos espaços sociais contribuem para a produção de sujeitos críticos, sensíveis às desigualdades e implicados eticamente com a defesa da vida e dos direitos sociais[2,3]. Inspiradas na perspectiva da educação crítica proposta por Paulo Freire[4], essas experiências fortalecem processos de aprendizagem baseados no diálogo, na escuta e na construção coletiva do conhecimento.

O projeto Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde (VERSUS) constitui-se como uma importante estratégia

de formação político-pedagógica no campo da saúde coletiva, ao possibilitar espaços de aprendizagem que integram território, ensino, trabalho em saúde e movimentos sociais. Entre seus objetivos estão o estímulo ao diálogo e à reflexão crítica sobre práticas de cuidado, formação e gestão, promovendo o compromisso ético-político dos participantes e contribuindo para a transformação social e a construção de práticas orientadas pela equidade[5].

Compreender o território, para além de sua dimensão geográfica, implica reconhecê-lo como espaço vivo, marcado por disputas, memórias, desigualdades e resistências. Nessa perspectiva, o território expressa modos de produção da vida e da saúde, evidenciando processos históricos atravessados por questões raciais, sociais, econômicas e culturais, conforme discutido por Santos[6,7]. Assim, iniciativas de territorialização crítica tornam-se ferramentas potentes de formação ao possibilitarem leituras ampliadas sobre a cidade e suas repercussões nos modos de viver, adoecer e (r)existir.

Diante disso, o presente relato de experiência tem como objetivo refletir sobre a vivência de territorialização realizada durante o VERSUS Recife, com foco nas discussões sobre equidade e práticas antidiscriminatórias em saúde, analisando suas contribuições para a formação crítica em saúde coletiva.

MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência, de caráter descritivo e reflexivo, construído a partir das vivências desenvolvidas durante a edição do projeto Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde (VERSUS), realizada no município do Recife, Pernambuco, no período de 19 a 24 de abril de 2026.

A experiência teve como foco a atividade de territorialização crítica, voltada à problematização das desigualdades urbanas, da equidade em saúde e das práticas antidiscriminatórias no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O percurso incluiu visitas a diferentes territórios do Recife e região metropolitana, entre eles Guabiraba (local de hospedagem da vivência), Monte Verde

(Jordão), Brasília Teimosa, Boa Viagem, Pina, Casa Amarela e Marco Zero, possibilitando a observação de diferentes realidades socioespaciais e o diálogo com os territórios.

A construção deste relato fundamenta-se nos registros dos diários de campo produzidos ao longo da vivência, nos relatórios das atividades e nas discussões coletivas realizadas durante e após os percursos de territorialização, a partir de metodologias participativas e da Educação Popular em Saúde.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A edição do VERSUS Recife ocorreu entre os dias 19 e 24 de abril de 2026 e teve como eixo central a discussão sobre equidade e práticas antidiscriminatórias no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Reunindo estudantes, residentes, trabalhadores e sujeitos implicados com a defesa do SUS, a vivência foi construída a partir de metodologias participativas voltadas à problematização das desigualdades sociais e à formação crítica em saúde coletiva.

A territorialização crítica constituiu um dos momentos centrais da vivência, ao possibilitar a aproximação dos participantes com diferentes realidades que atravessam a cidade do Recife e sua região metropolitana. Mais do que percorrer espaços geográficos, a atividade buscou estimular leituras críticas sobre os modos como os territórios expressam desigualdades históricas, disputas políticas e processos de exclusão que impactam diretamente as condições de vida e saúde da população.

O percurso teve início na Guabiraba, local de hospedagem da vivência, em direção à primeira parada, no bairro de Monte Verde, no Jordão, território marcado por uma histórica zona de litígio entre os municípios do Recife e Jaboatão dos Guararapes. A realidade observada evidenciou os efeitos da fragilidade da gestão territorial sobre o acesso a direitos básicos, demonstrando como disputas administrativas e políticas podem contribuir para processos de invisibilização social e desassistência.

Ao longo do trajeto, a observação de bairros como Piedade, Boa Viagem, Pina, Casa Amarela e áreas centrais do Recife evidenciou diferentes formas de ocupação do espaço urbano, marcadas por desigualdades econômicas, raciais e sociais. A experiência permitiu compreender o território como espaço socialmente produzido, atravessado por relações de poder e pela distribuição desigual de direitos.

Outra parada significativa ocorreu em Brasília Teimosa, território historicamente marcado por resistência popular e luta pelo direito à moradia e à cidade. As discussões evidenciaram o papel dos movimentos sociais na produção de redes de cuidado, pertencimento e defesa de direitos.

No Marco Zero, foram debatidas as contradições entre áreas de valorização econômica e os processos de exclusão que atravessam populações periféricas, reforçando como as dinâmicas urbanas influenciam o acesso à saúde e a outras políticas públicas[9,10].

Ao final do percurso, uma roda de conversa possibilitou a sistematização das percepções dos participantes, a partir de metodologias inspiradas na Educação Popular em Saúde. Esse momento favoreceu a construção coletiva de análises críticas sobre racismo estrutural, desigualdades urbanas e práticas antidiscriminatórias no SUS.

DISCUSSÃO

A experiência de territorialização desenvolvida durante o VERSUS Recife evidenciou a potência do território enquanto ferramenta pedagógica para a formação crítica em saúde. Ao deslocar os participantes para diferentes cenários urbanos e aproximá-los das contradições presentes na cidade, a vivência possibilitou compreender que os processos de saúde e adoecimento não podem ser analisados de maneira dissociada das condições sociais, econômicas, raciais e territoriais que atravessam a vida cotidiana. Nesse sentido, a experiência fundamentou-se na Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde

(PNEPS-SUS)[11], ao compreender a aprendizagem como processo construído a partir da realidade concreta, da problematização e da produção coletiva de sentidos.

As reflexões produzidas ao longo do percurso reforçaram a compreensão do território para além de sua dimensão geográfica ou administrativa. Conforme discutido por Santos[6,7], o território expressa relações de poder, desigualdades e disputas historicamente construídas, sendo atravessado por processos sociais que influenciam diretamente os modos de viver e acessar direitos. A vivência em Monte Verde, por exemplo, evidenciou como zonas de litígio e fragilidades na organização político-administrativa podem impactar negativamente o acesso da população aos serviços públicos, produzindo situações de vulnerabilização e invisibilidade social.

Da mesma forma, os contrastes observados entre bairros periféricos, áreas centrais e regiões valorizadas economicamente permitiram discutir como a produção desigual da cidade repercute no acesso à saúde, à mobilidade, ao saneamento e às demais políticas públicas. Tais elementos dialogam com a perspectiva da determinação social da saúde, compreendida por Breilh[12] como resultado de processos históricos, políticos e econômicos que organizam a vida social e distribuem desigualmente as possibilidades de viver com dignidade. Nesse contexto, pensar equidade em saúde implica reconhecer as diferenças e construir estratégias capazes de responder às necessidades específicas dos sujeitos e coletivos, enfrentando práticas discriminatórias ainda presentes nos serviços e nas instituições.

Além disso, a utilização de metodologias baseadas na Educação Popular em Saúde fortaleceu processos de escuta, diálogo e construção compartilhada do conhecimento, contribuindo para uma formação mais sensível às realidades sociais e comprometida com os princípios do SUS. A roda de conversa realizada ao final da atividade permitiu aos participantes articularem suas percepções individuais às dimensões coletivas e estruturais observadas durante a territorialização, favorecendo a construção de análises críticas

sobre a cidade, os territórios e os desafios para a consolidação de práticas de cuidado orientadas pela equidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de territorialização realizada durante o VERSUS Recife demonstrou a potência das vivências no território como estratégia de formação crítica em saúde coletiva, ampliando a compreensão sobre as desigualdades que atravessam a produção da vida e do cuidado nos espaços urbanos.

Ao aproximar os participantes de diferentes realidades sociais, políticas e territoriais, a atividade favoreceu reflexões sobre os impactos das desigualdades raciais, econômicas e urbanas no acesso à saúde e aos direitos sociais.

As discussões evidenciaram a necessidade de fortalecer práticas em saúde comprometidas com a equidade e o enfrentamento das discriminações estruturais. Nesse sentido, a territorialização crítica mostrou-se uma importante ferramenta pedagógica para a formação de sujeitos implicados na defesa do SUS e na construção de práticas de cuidado mais sensíveis às necessidades dos territórios.

Por fim, a utilização de metodologias inspiradas na Educação Popular em Saúde contribuiu para a construção coletiva do conhecimento, reforçando a importância do diálogo, da escuta e da problematização da realidade como fundamentos da formação em saúde.

REFERÊNCIAS

1. Ceccim RB, Feuerwerker LC. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. Physis [Internet]. Jun 2004;14(1):41-65. doi: 10.1590/s0103-73312004000100004.
2. Luciane C. Educação Permanente em Saúde: Revisitando a Trajetória e os Desafios Atuais para a Interface Formação, Atenção, Gestão e Participação. Editora Appris; 2023.

3. Brasil, Ministério da Saúde. Pró-saúde: Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde [Internet]. 2007 [citado em 14 maio 2026]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0323_M.pdf

4. Freire P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz E Terra; 2019.

5. Sousa FS, Rêgo JD. Vivências e estágios na realidade do Sistema Único de Saúde na formação em Odontologia: relato de experiência. Rev ABENO. 2022;22(2). doi: 10.30979/revabeno.v22i2.1636.

6. Santos M. A Natureza do Espaço. EdUSP; 2006.

7. Santos M. O espaço do cidadão. EdUSP; 2007.

8. Emerson Elias Merhy. Saúde: Cartografia do trabalho vivo em ato. São Paulo: Editora Hucitec; 2002.

9. Ferreira ML, Galvíncio JD. A urbanização, desigualdades sócio espaciais e mercado de trabalho no Recife. Rev Bras Ensino Aprendiz. 2025;12:487-98.

10. Melo JS, Silva WM, Lima MV, Lucena AB. Da marginalização à mobilização: a articulação dos movimentos sociais na luta contra o racismo ambiental na Região Metropolitana do Recife (RMR). Desenvolv Em Debat. 2023;12(1):99-116. doi: 10.51861/ded.dmv-qt.1.214.

11. Brasil, Ministério da Saúde. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). [Internet]. bvsms.saude.gov.br. 2013 [citado em 18 maio 2026]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html

12. Breilh J. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). Rev Fac Nac Salud Pública. 2013;31:13-27.